

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 507 - Brasília, sexta-feira, 18 de julho de 1997



A CCJ, reunida ontem, acolheu o substitutivo de Beni Veras

## CCJ aprova reforma da Previdência

*Destaques às emendas e ao parecer de Beni Veras serão analisados na terça-feira*

A CCJ aprovou ontem, por 18 votos a dois, o substitutivo do senador Beni Veras à proposta de reforma da Previdência Social. O presidente em exercício da comissão, Ramez Tebet, marcou nova reunião para terça-feira, 22, a fim de discutir e votar os destaques às emendas e ao próprio parecer.

Beni Veras considera um avanço o fim da aposentadoria por tempo de serviço. Ele também definiu como

"contribuição importante" o pagamento integral da aposentadoria para os servidores que ganham até R\$ 1.200,00 e a redução gradual até 70% para quem recebe salários maiores. Segundo a proposta aprovada, a aposentadoria será concedida aos homens que atingirem 35 anos de contribuição e 60 de idade, e às mulheres com 30 anos de contribuição e 55 de idade. **Página 7**

### Senado vota 7 das 8 matérias da convocação

Balanco mostra a aprovação de leis que mudam o país, como a abertura no petróleo e nas telecomunicações. **Pág. 3**

### CPI inicia na terça a votação do relatório

A CPI dos Precatórios deverá iniciar no dia 22 a votação do relatório de Roberto Requião. O presidente em exercício da CPI, Geraldo Melo, informou que representantes do Ministé-

rio Público, TCU, Banco Central e Receita Federal foram convidados a oferecer sugestões à melhoria da legislação destinada a prevenir os crimes investigados pela comissão. **Página 8**

## Lançada rede que interliga Legislativo

"Um novo paradigma da vida democrática para o milênio que se aproxima" - assim o presidente do Congresso Nacional, senador Antonio Carlos Magalhães, definiu o projeto Interlegis, por ele lançado ontem. A nova rede de comunicação e informação interligará o Congresso Nacional, as assembleias estaduais e as câmaras municipais.

O primeiro-secretário do Senado, Ronaldo Cunha Lima, destacou que o Interlegis tem como objetivos principais "prover recursos da Internet a todas as unidades do Legislativo no país, estimular a troca de informações e a modernização dos órgãos legislativos e divulgar os trabalhos do Congresso Nacional". **Páginas 4 e 5**



ACM aciona o Interlegis, na presença de senadores, deputados e vereadores

*Pacto prevê que países estenderão um ao outro as melhores condições de comércio internacional*

## Senado aprova acordo comercial com a Malásia

O plenário do Senado aprovou ontem um acordo comercial firmado pelo governo brasileiro com a República da Malásia em abril do ano passado. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) tentou adiar a votação, argumentando que a crise que afetou na semana passada a moeda da Malásia exige cautela do Brasil, pois ainda não está claro se as autoridades daquele país terão de adotar medidas que afetem o acordo assinado pelos dois governos.

Suplicy lembrou que o Senado aprovou nesta semana projeto de concessão de sub-



Lucena relatou matéria na CRE sídio à borracha natural brasileira, para reduzir o impacto negativo da borracha importada do Sudeste Asiático, inclusive da Malásia. "É necessário que a Comissão de Assuntos Econômicos analise a situação", ponderou o se-

nador paulista.

O senador Humberto Lucena (PMDB-PB), relator do acordo na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, disse que o assunto foi amplamente debatido na comissão e pediu que Suplicy retirasse o requerimento, no que foi atendido.

O acordo prevê que Brasil e Malásia estenderão um ao outro as melhores condições de comércio internacional oferecidas a qualquer membro da Organização Mundial de Comércio, excetuando as vantagens concedidas a países limítrofes ou que façam parte de bloco comercial.

## Casa presente ao ato de traslado de João Pessoa

Os senadores Humberto Lucena (PMDB-PB), Ney Suassuna (PMDB-PB) e Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) vão representar o Senado, nos próximos dias 25 e 26, nas solenidades do traslado, da cidade do Rio de Janeiro para a capital da Paraíba, dos restos mortais do ex-governador João Pessoa. Requerimento nesse sentido, de autoria do senador Humberto Lucena, foi aprovado ontem pelo plenário do Senado.

Conforme Lucena, depois de

67 anos do assassinato de João Pessoa, ocorrido em Recife, sua família concordou com o traslado.

- João Pessoa foi assassinado justamente por causa de suas idéias de renovação da Paraíba, sobretudo por sua luta contra o coronelismo. Além disso, ele foi um grande administrador e, em apenas dois anos, fez pelo estado o que muitos não fizeram em muito mais tempo - afirmou Humberto Lucena.

## Agenda do Dia

### PLENÁRIO

9h - Sessão Não Deliberativa do Senado

PREVISÃO DE TRABALHOS

Segunda-feira (21.07.97)

14h30 - Sessão Não Deliberativa do Senado

Terça-feira (22.07.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação da \*PEC nº 54/95, que trata do efeito vinculante.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho

Joel de Holanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento,

Jane Araújo e Júlio Essucy

Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211 Fax:

(061) 311-3137 - Brasília - DF

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br



O presidente do Senado recebe em seu gabinete integrantes da diretoria da Hyundai Motor

## ACM recebe presidente da Hyundai

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem visita do presidente da Hyundai Motor, B. J. Park, que veio agradecer o apoio do senador ao projeto da empresa coreana de implantar uma montadora no país. Com um investimento total de 290 milhões de dólares, a

fábrica da Hyundai do Brasil será construída no município baiano de Simões Filho, devendo iniciar sua produção em fevereiro de 1999, com a geração inicial de 850 empregos diretos.

A fábrica da Hyundai na Bahia vai produzir dois tipos de peruas vans (uma de carga e outra de passageiros) e

um microônibus. A produção inicial alcançará 20 mil unidades/ano, para atingir 40 mil veículos/ano, quando o total de empregos diretos subirá para 1.200 postos de trabalho. Os veículos serão colocados no mercado brasileiro e também exportados para os países integrantes do Mercosul.

Senadores já votaram sete das oito matérias listadas pelo presidente da República. A oitava, que trata da reforma da Previdência, deverá ser apreciada na próxima semana

## Senado cumpre pauta da convocação



Suassuna: missão cumprida

### Desempenho agrada a Suassuna

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) elogiou ontem a atuação do Congresso, especialmente do Senado, na votação de matérias, que considera decisivas para o país, durante a convocação extraordinária. Na opinião do senador, "a convocação foi extremamente proveitosa" e, conforme assinalou, a reforma da Previdência é o único item da pauta que não será inteiramente votado.

Ney Suassuna lamentou, entretanto, a crise das polícias civil e militar que se "alastrou pelo país neste período" e defendeu o respeito por esses profissionais que, conforme garantiu, arriscam suas vidas no desempenho de suas atribuições.

Por outro lado, o senador elogiou o trabalho desenvolvido pela CPI dos Precatórios, afirmando que, "apesar de algumas divergências, na essência todos concordam com o relatório da comissão".

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) afirmou que a emenda da reforma da Previdência, "que é a matéria mais importante e complicada das que estão sendo votadas, está dando um sentido de grandeza e maturidade à Casa".

O plenário do Senado votou nesta semana mais três projetos de lei da lista feita pelo presidente da República para apreciação durante a convocação extraordinária deste mês. Com isso, os senadores já votaram sete das oito matérias previstas, e a oitava (a reforma da Previdência) deve ter votação encerrada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania na próxima terça-feira - a emenda foi aprovada, faltando a votação de pedidos de destaque.

Nesta semana, o plenário aprovou a lei que vai regulamentar a área petrolífera após a quebra do monopólio da Petrobrás. A proposta cria a Agência Nacional do Petróleo e fixa as linhas básicas para que grupos privados, nacionais e estrangeiros, entrem na pesquisa, perfuração, extração, refino, transporte e importação de petróleo. O projeto de lei já se-

guiu para sanção do presidente da República.

Também nesta semana o plenário do Senado aprovou projeto de lei que institui subsídios aos produtores de borracha natural, em dificuldades por causa do produto importado do Sudeste Asiático, que chega ao Brasil a preços mais baixos que o custo da produção nacional. O projeto ainda será votado pelos deputados.

O terceiro projeto votado na semana já foi enviado à sanção presidencial. É uma proposta que define mecanismos para a execução do Estatuto dos Refugiados de 1951. Ainda nesta semana, os senadores aprovaram nomes de novos embaixadores, inclusive o novo representante brasileiro na OEA.

Os outros projetos previstos

na convocação e já votados pelos senadores são a Lei Geral de Telecomunicações, uma lei que detalha os crimes contra o meio ambiente, outra que institui o Fundo de Aposentadoria Programada Individual e uma mudança na LDB para detalhar as situações em que se permitirá o ensino religioso no ensino fundamental.

Com a votação dos projetos incluídos na convocação, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, pediu ao presidente da República que inclua na lista o projeto que institui o efeito vinculante das decisões do STF para instâncias inferiores. O projeto será apreciado pelo plenário na próxima terça-feira.

A convocação extraordinária encerra-se no dia 25.

**A pedido de ACM, foi incluído o projeto que institui o efeito vinculante nas decisões do Supremo Tribunal Federal**



Depois de sete meses de investigação, a CPI dos Precatórios já tem relatório conclusivo para apreciação

## Semana nas comissões foi de intensa atividade

As comissões do Senado votaram, esta semana, matérias importantes para o país, como o substitutivo do senador Beni Veras (PSDB-CE) à proposta de reforma da Previdência, acolhido ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A mesma comissão havia aprovado na terça-feira parecer de Jefferson Pères (PSDB-AM) a projeto do Executivo que ins-

tituí subsídio de RS 0,90 por quilo de borracha natural.

A CPI dos Precatórios iniciou no dia 16 a leitura do relatório apresentado por Roberto Requião (PMDB-PR), com 700 páginas, resultantes dos sete meses de investigação sobre irregularidades na emissão de títulos para pagamento de precatórios.

A CPI do Trabalho Infantil, presidida por Marluce Pinto

(PMDB-RR), aprovou ontem o relatório preliminar sobre as diligências realizadas pela comissão no Rio Grande do Sul.

Finalmente, a CAE aprovou ontem dois ofícios concedendo autorização ao estado de Minas Gerais para contratar empréstimos e quatro mensagens autorizando a contratação de créditos externos para o Brasil e os estados de Pernambuco e São Paulo.



Benedita: maior controle

### Benedita da Silva questiona adoção de crianças

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) defendeu ontem maior controle, pelas autoridades brasileiras, dos processos de adoção, especialmente por casais estrangeiros, com o objetivo de evitar o tráfico de crianças no país. Ela disse que o impedimento legal à prática do tráfico existe. No entanto, pouco se tem feito para coibir essa ação criminosa.

A senadora afirmou que o Senado tem o compromisso de fazer cumprir o Estatuto da Criança e do Adolescente, documento que, segundo ela, oferece meios de evitar e acabar de uma vez com esse tipo de adoção.

### Romero Jucá denuncia o governador

O governador de Roraima, Neudo Campos, e o secretário de Saúde do estado, Sérgio Pillon Guerra, foram citados ontem pelo senador Romero Jucá (PFL-RR) em notícia-crime apresentada ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, e ao procurador-geral de Justiça de Roraima, Sales Eurico Freitas.

O senador tomou a providência porque aquelas autoridades deixaram de cumprir, na sua quase totalidade, convênio firmado com a Coordenação Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST/Aids).



Jucá apresentou notícia-crime





Rede informatizada de comunicação instituída pelo Congresso destina-se à construção de "um novo paradigma da vida democrática para o milênio que se aproxima"

## ACM lança comunidade virtual do Legislativo

O presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães, lançou ontem o Interlegis, uma rede de comunicação e informação que interligará todo o Legislativo brasileiro desde a esfera municipal até o plano nacional. A rede, conforme definiu o senador, está destinada à construção de um "novo paradigma da vida democrática para o milênio que se aproxima".

O lançamento, realizado em solenidade no plenário do Senado, contou com a participação de deputados e senadores, além de inúmeros representantes de assembleias legislativas e câmaras municipais. Na oportunidade foi exibido um vídeo informativo sobre o novo sistema de

comunicação parlamentar.

Ao lado do senador Ronaldo Cunha Lima, primeiro-secretário da Mesa do Senado, e do deputado Heráclito Fortes, 1º vice-presidente do Congresso, e que representou o presidente da Câmara no evento, Antonio Carlos Magalhães apontou o Interlegis como meio para a construção "em cada um de nós de uma identidade legislativa".

Ronaldo destacou que o novo sistema de informação e comunicação tem como objetivos principais "prover recursos da Internet a todas as unidades do Legislativo do país, com *home-pages* e endereços eletrônicos para todos os parlamentares que assim o desejem; estimular, à custa destes recursos, a troca de in-

formações; divulgar os trabalhos do Congresso Nacional e estimular a modernização dos órgãos legislativos".

Apresentada como base para a criação de uma comunidade virtual do Poder Legislativo, a rede Interlegis é operada pelo Prodasen e está sendo apresentada ao público em *show-room* especialmente montado no Salão Negro do Congresso Nacional.

A mostra funciona paralelamente à realização de painéis técnicos que começaram na tarde de ontem e deverão terminar na tarde de hoje, reunindo

técnicos de várias unidades do Senado com representantes dos potenciais usuários do Interlegis, dos mais diferentes pontos do país. Em visita ao *show-*

*room*, Antonio Carlos aproveitou a oportunidade para fazer o lançamento oficial das transmissões da TV Senado pela Internet.



A cerimônia de lançamento do Interlegis, no plenário, foi muito concorrida

## Debates técnicos mostram potencial

Em prosseguimento ao ato de lançamento do Interlegis, realizou-se na tarde de ontem, na sala da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, uma série de painéis sobre diversos aspectos dessa rede de comunicação, para representantes de assembleias legislativas.

Os painéis abordaram assuntos como apresentação técnica do Interlegis, estrutura tecnológica da rede e oportunidades da comunicação social.

Foram palestrantes: Regina Célia Peres Borges, diretora-executiva do Prodasen; João Holanda, diretor do Prodasen; Armando Nascimento, do Núcleo de Tecnologia do Prodasen; Leonardo Lazarte, do comitê da Internet; Alberto Castilho de Siqueira, do Ministério da Educação; Fernando César Mesquita, diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado; Marilena Chiarelli, diretora da TV Senado; e Marco Antônio Paes dos Reis,

diretor da Coordenação de Projetos Especiais da SECS.

Os painéis prosseguem amanhã, com a seguinte programação:

- 9h às 10h30 - Painel sobre oportunidades para as áreas de informações econômicas, políticas, sociais e orçamentárias na rede Interlegis, com representantes das consultorias de Orçamento e Legislativa.

- 11h às 12h30 - Painel sobre as bases de dados jurídicas e informações do Congresso, a cargo de representantes da Secretaria Geral da Mesa e Secretaria de Informação e Documentação.

- 14h30 às 15h30 - Painel sobre educação à distância, com representantes do Instituto Legislativo Brasileiro.

- 15h30 às 16h30 - Painel sobre questões institucionais e de modernização administrativa, com o diretor-geral, a Assessoria de Planejamento e Modernização Administrativa e a Secretaria Especial de Editoração e Publicações.

## Para Ronaldo Cunha Lima, democracia é participação

Primeiro-secretário da Casa, o senador Ronaldo Cunha Lima disse que "a partir de hoje (ontem) o Senado Federal não é apenas um centro de excelências, é também o centro de comutação de informações legislativas e políticas de todo o Brasil". Ele conclamou todas as casas legislativas do país, juntamente com a imprensa, a "balançarem a rede da democracia brasileira, mostrando a transparência do Poder Legislativo e de suas ações, sempre pronto a responder - agora em tempo oportuno - às críticas e cobranças que lhe são feitas".

No entender do parlamentar, "a democracia é acima de tudo a possibilidade de comunicação". A seu ver, "a troca



Ronaldo: projeto é grandioso

de conhecimentos para subsidiar decisão política é a melhor expressão democrática, e o Senado Federal, de uma maneira particular nesta legislatura, tem mostrado ao Brasil como se fazer democracia a par da maximização das informações".

Ronaldo Cunha Lima desta-

cou que o Interlegis é parte de um projeto grandioso iniciado durante a gestão do senador José Sarney (PMDB-AP) como presidente da Casa, "quando o Senado Federal ingressou na Internet e lançou publicações como o *Jornal do Senado*, abrindo assim oportunidades para que fosse possível este ato".

- A Mesa do Senado, representada por seu presidente, senador Antonio Carlos Magalhães, oferece ao Brasil o Interlegis, como a possibilidade concreta de realização de um sonho. A dependência, doravante, estará à conta dos parceiros, verdadeiros navegantes dos ares do futuro, onde todos serão internautas - garantiu.



Para o senador Antonio Carlos Magalhães, a nova rede de comunicação "beneficiará e aproximará toda a sociedade"

## "Uma poderosa ferramenta"

### Programa é elogiado pela União de Vereadores

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem, em audiência, o presidente da União de Vereadores do Brasil, José Malta, que veio pedir maior interação com a Casa para a modernização dos legislativos municipais do país.

A reivindicação dos vereadores coincidiu com o programa Interlegis, lançado ontem pelo Senado, que, conforme Malta disse, em entrevista, será de fundamental importância para uma efetiva integração com os representantes municipais. Na sua opinião, a criação do programa mostra o quanto o Senado Federal está sensível aos problemas enfrentados pelos vereadores, que, a seu ver, formam o "alicerce" de sustentação do Legislativo federal.

O Interlegis era o canal que faltava para facilitar o contato dos senadores com a sociedade, principalmente dos estados e municípios menos estruturados. Além disso, o programa vai contribuir de forma significativa para estreitar ainda mais o relacionamento dos vereadores com os parlamentares da chamada Câmara Alta - disse José Malta.

A União de Vereadores do Brasil representa cerca de seis mil câmaras municipais, 5.514 municípios e 60 mil vereadores, que estariam interessados em conhecer detalhes relacionados ao programa de debates com os senadores.

O senador Antonio Carlos Magalhães, presidente do Congresso Nacional, afirmou ontem que estava lançando o Interlegis com a consciência de trazer ao Legislativo "uma das mais poderosas ferramentas de informação que a moderna tecnologia pode oferecer". Ele destacou o significado que terá essa rede para o esforço de valorização do Poder e para o aprimoramento das atividades que desenvolvem os parlamentares brasileiros.

Dentro desse quadro, Antonio Carlos Magalhães apresentou o Interlegis como um canal não apenas de informação, mas de distribuição de conhecimento. O senador observou que a informação, "conquanto necessária, não é suficiente", pois não alcança uma função libertadora. O conhecimento, entretanto, "pressupõe vida inteligente, solidariedade, aprendizado conjunto, acúmulo de informações significantes e contextuais aplicadas e comunitariamente legitimadas, dando assim ao país uma outra dimensão", garantiu.

Na opinião de Antonio Carlos Magalhães, a nova rede beneficiará e aproximará toda a sociedade brasileira, "uma sociedade que se entende e que se define como uma cultura razoavelmente uniforme por valores compartilhados, por ideais democraticamente convenções, por objetivos comuns".

Conforme disse, os recursos do Interlegis, bem utilizados - "e vamos utilizá-los bem", propiciará aos parlamentares a construção de uma identidade legislativa. "E aí poderemos formar, quem sabe, a grande família legislativa para este país e talvez para o mundo", ressaltou.

Antonio Carlos Magalhães fez questão, como também o fez o senador Ronaldo Cunha



### INTERLEGIS COMUNIDADE VIRTUAL DO PODER LEGISLATIVO

Antonio Carlos, no lançamento, ontem, do programa Interlegis

Lima (PMDB-PB), de enaltecer o papel pioneiro do senador José Sarney (PMDB-AP), que durante o período em que dirigiu o Senado desenvolveu

importantes projetos para o aperfeiçoamento do sistema democrático da Casa e lançou fundamentos para a realização da nova rede.

### TV Senado agora transmite noticiário via Internet

A TV Senado está transmitindo pela Internet o noticiário *Congresso Hoje*, com duração de cinco minutos. Para acessar esse serviço é preciso entrar na página do Senado na Internet ([www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)), clicar no site da TV Senado e depois no ícone referente a esse noticiário.

Além desse serviço, na página da TV Senado na Internet é possível conhecer a programação diária da emissora, dados para recepção do sinal da emissora e informações sobre quais cidades, com suas respectivas operadoras, têm acesso a esse canal de televisão.



Quintanilha: prevenir

### Virada do século traz problema em computador

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) anunciou ontem que apresentará requerimento de informações ao Ministério do Planejamento para saber que providências o governo pretende tomar em relação ao problema que atingirá todos os computadores no ano 2000, por não estarem programados para registrar a virada do milênio.

Na opinião do senador, "parece que as instituições públicas ainda não se deram conta da gravidade do problema", enquanto as empresas privadas estão procurando uma solução. Trata-se, a seu ver, de questão a exigir providências imediatas, dado o caos que poderá advir de dados, informações e contratos cujos registros, na virada do século, serão computados no ano de 1900, à falta de programas que garantam a continuidade no tempo dos registros.

Quintanilha informou que técnicos em informática da Caixa Econômica "ainda farão um diagnóstico da situação", para só depois sugerirem soluções. Ele alertou o governo federal para a necessidade de previsão, pois serão elevados os custos em mão-de-obra especializada, dado que, pelo estado de coisas em relação ao problema, as alterações nos computadores deverão ser feitas manualmente, máquina a máquina.

*Para senador, a "Lei Kandir" impõe perdas aos estados e impede a implementação de uma política de emprego e renda. O mais lamentável, conforme disse, é que o governo do Pará "não esboça a menor reação"*

## Ademir: isenção do ICMS aumenta desemprego

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) disse ontem que a "Lei Kandir", que isentou a exportação de semimanufaturados do pagamento do ICMS, impõe perdas aos estados e impede a implementação de uma política de emprego e renda.

Dados de relatório parcial divulgados pelo Sistema Nacional de Empregos do Pará (Sine-PA), argumentou, demonstram a consolidação de uma tendência de fechamento de postos de trabalho no primeiro trimestre de 1997.

quando houve 1.792 demissões, 40% delas na região metropolitana de Belém.

Pelos indicadores do Sine, "a população está buscando o mercado informal como meio de se proteger do desemprego", mas também já há sinais de esgotamento na capacidade de absorção desse mercado, observou Ademir Andrade.

O mais lamentável da situação é que, conforme o senador, "o governo do estado não esboça a menor reação". O Programa de Geração de

Emprego e Renda (Proger), de iniciativa do governo federal, "tem-se mostrado absolutamente inadequado", pelas restrições burocráticas de acesso aos financiamentos, observou.

Com vistas a contribuir para a redução do problema do desemprego no estado, Ademir anunciou que apresentará projeto de lei proibindo a exportação de madeira compensada ou serrada, de modo a agregar mão-de-obra às atividades madeireiras e gerar emprego e renda na região.



Ademir quer proibir exportação de compensado

## Amorim critica aprovação das contas de Valdir Raupp

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) criticou ontem a decisão do Tribunal de Contas de Rondônia que aprovou por três votos a dois as contas do atual governador de Rondônia, Valdir Raupp. Ele anunciou que "entrará com recurso para que seja anulada a votação do Tribunal de Contas, a fim de que haja uma votação correta e sem favores, para que reine, em Rondônia, a moralidade pública".



Amorim: favorecimento a conselheiros

O senador voltou a denunciar "o descaminho da coisa pública e irregularidades em torno de questões administrativas e financeiras", que teriam sido cometidas pelo governador. Ernandes Amorim assinalou que, na atual administração do estado, a seriedade no trato com a coisa pública vem sendo constantemente comprometida, acumulando os desvios do erário em proveito próprio ou de terceiros.

Embora comprovada a corrupção no âmbito do governo de Valdir Raupp, cometida por

auxiliares mantidos em seus cargos pelo governador, os conselheiros do Tribunal de Contas de Rondônia, que possuem parentes ocupando cargos no Executivo estadual, ou em funções diretivas nos partidos que lhe dão sustentação, aprovaram suas contas referentes aos exercícios de 95/96 - afirmou.

Amorim disse, ainda, que Valdir Raupp sequer sabe o que o estado de Rondônia está devendo. Explicou que o governador apresentou ao Senado, através do Banco Central, uma proposta de rolagem da dívida de R\$ 193 milhões, quando o Tribunal de Contas estadual apurou uma dívida de R\$ 698

milhões, em 31.12.96.

- Por ocasião do exame da normalidade do contrato de refinanciamento da dívida de Rondônia haveremos de requerer as diligências que corrijam este absurdo, mercê da incompetente e desonesta gestão Raupp - afirmou.

Na opinião do senador, as irregularidades em Rondônia são um exemplo do atual modelo de controle externo da administração pública exercido pelo Poder Legislativo. Amorim explicou que, por esse modelo em vigor, o Legislativo brasileiro não exerce poder efetivo sobre os tribunais de contas, "vinculados ao Congresso apenas no papel". Segundo ele, "as comissões de Controle e Fiscalização do Senado não estão dotadas da estrutura e competência necessárias para uma atuação efetiva".

No caso de Rondônia, afirmou que o Tribunal de Contas do estado não fiscaliza os gastos do Poder Legislativo, e o Legislativo, que recebe recursos excessivos do Poder Executivo, fecha os olhos para a fiscalização das contas públicas.

## Rocha pede recursos para o Projeto Jari

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) reiterou ontem apelo ao governo federal para que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) conceda empréstimo de R\$ 40 milhões à Jari Celulose, liberando a metade desse valor em caráter emergencial.

Com suas atividades paralisadas após incêndio que danificou o painel de controle da usina geradora da empresa, a Jari tem problemas que dizem respeito, teoricamente, a seus dirigentes, reconheceu o senador. No entanto, observou, o problema social do desemprego gerado pela paralisação exige uma ação das autoridades públicas.

É em nome dos miseráveis e desempregados que se concentraram em torno das empresas do grupo Azevedo Antunes, atual proprietário do Projeto Jari, que o senador disse acreditar que o governo federal deve agir no sentido de alterar "o quadro existente de absoluta pobreza e desesperança".

Em aparte, o senador José Sarney (PMDB-AP) solidarizou-se com Sebastião Rocha dizendo que seu alerta "representa um sentimento de todo o estado e de toda sua bancada



Rocha: problema é social

federal". O senador Ademir Andrade (PSB-PA) também registrou seu apoio ao pronunciamento de Rocha.

## CARTAS

Sr. Diretor do JORNAL DO SENADO

Como espectador da TV Senado, inscrevi-me para receber, diariamente, o *Jornal do Senado*. O fiz, declinando minha condição de "Assessor Técnico do Simperj" e graças às informações colhidas no JS, venho me correspondendo com ilustres Senadores, cumprimentando-os por suas iniciativas e, se necessário, aduzindo críticas e sugestões.

Luiz Alfredo Cardoso Piragibe - Rio de Janeiro.



## Marluce Pinto rejeita redução de bancadas

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) criticou ontem projeto de autoria do deputado José Genoíno, em tramitação na Câmara, que propõe uma reavaliação do número de representantes dos estados da região Norte. Para ela, a matéria trata de "coisa julgada", pois recentemente foi submetida à deliberação do Congresso, que rejeitou a mudança.

Uma das justificativas do projeto, divulgada pela imprensa, seria a de o Norte caracterizar-se por "uma liberalidade para atrair aventureiros de outros estados", registrou a senadora. Contra o argumento, Marluce Pinto assegurou que a região amazônica precisa mesmo de brasileiros dispostos ao sacrifício de preservá-la e observou que, "certamente, não foi o espírito aventureiro que levou o cearense José Genoíno, digno representante da bancada paulista na Câmara Federal, para o estado de São Paulo".

Atualmente todos os estados têm direito a uma representação mínima de oito deputados, além dos três senadores, critério que, na opinião da senadora, é coerente com a autonomia administrativa das unidades da Federação.

Caso fosse adotado o critério puramente proporcional ao número de habitantes, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul teriam, cada um, mais de cem deputados, o que levaria o Congresso a não mais ser uma representação da nação "como um todo, uma e indivisível em seu sentimento de nacionalidade", disse.



Marluce: pela autonomia



Na sessão presidida por Ramez Tebet (E), o relator Beni Veras (C) considerou um avanço o fim da aposentadoria por tempo de serviço

*Substitutivo do senador Beni Veras mantém o pagamento integral da aposentadoria dos servidores públicos só para aqueles que ganham até R\$ 1.200,00*

## CCJ acolhe reforma da Previdência

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado aprovou ontem, por 18 votos a dois, o substitutivo do senador Beni Veras (PSDB-CE) à proposta de reforma da Previdência Social. O presidente em exercício da comissão, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), marcou nova reunião para a próxima terça-feira (dia 22), às 10h, quando serão discutidos e votados os destaques às emendas e ao próprio parecer, por sugestão do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), acatada pela liderança do governo.

Beni Veras explicou que seu parecer é mais um ajuste ao atual sistema previdenciário. Ele entende que deveria ser formada uma comissão com a participação de representantes dos diversos segmentos sociais, visando estudar e apresentar sugestões para uma verdadeira reforma da Previdência, num prazo máximo de cinco anos.

A questão da paridade entre servidores ativos e inativos, com a manutenção do pagamento integral da aposentadoria para aqueles que ganham até R\$ 1.200,00, e a gradual redução, até o limite de 70%, para

aqueles que percebem acima desses valores, é uma das "contribuições importantes" do parecer, segundo o relator. Ele também considera um avanço o fim da aposentadoria por tempo de serviço.

De acordo com o relatório de Beni Veras, a aposentadoria só será concedida a quem atingir 35 anos de contribuição e 60 de idade, se homem, e 30 anos de contribuição e 55 de idade,

se mulher. Para o senador Josaphat Marinho (PFL-BA), ambas as propostas precisam ser aperfeiçoadas. No que se refere à questão da paridade entre os vencimentos do servidor ativo e os proventos do inativo, "o parecer nos oferece mais um mecanismo de hierarquia do que de paridade", observa Josaphat.

Quanto aos critérios diferenciados de tempo de serviço e

de idade para a concessão de aposentadoria a homens e mulheres, Josaphat Marinho considera que eles não levam em conta o texto constitucional que estabelece a igualdade entre os sexos. Outro aspecto questionado pelo senador baiano se refere à falta de definição do parecer sobre os direitos adquiridos por aqueles que já estão no gozo da aposentadoria.

## Relator agrada ao acatar emendas

O líder do Bloco Oposição, José Eduardo Dutra, destacou que o relator Beni Veras, "de maneira diferente do que tem acontecido aqui no Senado, aceitou algumas emendas". No entanto, para o opositor, foi um erro o parecer estabelecer que tudo que diz respeito à criação ou mudanças dos benefícios da Previdência exija lei complementar, cujo quorum é qualificado, enquanto o aumento de receitas será discutido através de lei ordinária.

José Eduardo Dutra também criticou a manutenção, no relatório, do Instituto de Previdê-

dência dos Congressistas (IPC). A seu ver, isso diminui a autoridade do Congresso para extinguir privilégios de outras categorias. O senador Edison Lobão (PFL-MA) contestou Dutra: "Precisamos deixar claro que, se não tiver pelo menos 50 anos de idade e oito anos de mandato, o parlamentar não ganha nada de aposentadoria".

Por sua vez, o senador Roberto Freire (PPS-PE) afirmou que só votou a favor do parecer porque nos artigos 15 e 16 o substitutivo acena com a possibilidade da criação de

um regime único de aposentadoria.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) também comemorou o fato de Beni ter acolhido algumas emendas. "Depois de muito tempo com o Senado reduzido à função de órgão carimbador, estou sentindo orgulho em ser senador, novamente."

Também participaram dos debates os senadores Elcio Alvares (PFL-ES), José Ignácio Ferreira (PSDB-ES), Romero Jucá (PFL-RR), Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e Levy Dias (PPB-MS).



A CAE se reúne sob a presidência do senador José Serra

## CAE aprova o refinanciamento de dívida paulista

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), presidida pelo senador José Serra (PSDB-SP), aprovou ontem parecer favorável do relator, senador Waldeck Ornelas (PFL-BA), a solicitação do governo de São Paulo para contratar operação de crédito visando refinanciar as dívidas dos contratos celebrados entre o estado e o governo federal, com valores atualizados até maio de 1997, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

José Serra convidou para compor a mesa o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, o diretor do Banco Central, Paulo Zaghen, e o secretário da Fazenda do estado de São Paulo, Yoshiaki Nakano, que responderam a perguntas formuladas pelo senadores envolvendo as dívidas mobiliárias do estado de São Paulo e do Banespa e os impactos e repercussões nas finanças públicas do estado. Esclareceram que o valor do saldo das dívidas, que é de R\$ 50,3 bilhões, será amortizado em 360 prestações mensais e consecutivas, calculadas com base na Tabela Price.

A CAE aprovou ainda parecer favorável a pedido do governo de Minas Gerais para que possa contratar operação de crédito no valor de R\$ 23,89 milhões, destinados à assunção

de débitos previdenciários da empresa Minas Gerais Administrações e Serviços.

Foi acolhido ainda parecer favorável a outra solicitação de Minas Gerais, para contratar empréstimo no valor de R\$ 1,79 milhão, cujos recursos serão aplicados na execução de programa de saneamento.

Também foi aprovada pela comissão solicitação do governo federal para contratar empréstimo externo no valor de 60 milhões de dólares, junto ao Banco Mundial, com vistas ao financiamento parcial do Projeto de Apoio ao Desenvolvimento da Tecnologia Agropecuária para o Brasil (Prodetab), a ser executado pelo Ministério da Agricultura e pela Embrapa.

A CAE emitiu parecer favorável a contratação de operação de crédito entre o governo de Pernambuco e o Banco Mundial, no valor de 39 milhões de dólares, a serem aplicados no Projeto de Combate à Pobreza Rural.

Finalmente, a comissão aprovou parecer a favor de solicitação do governo brasileiro para realizar operação no exterior, no valor de 90 milhões de dólares, com o Banco Mundial, destinado ao financiamento parcial do Projeto Piloto de Alívio à Pobreza e Reforma Agrária.

As proposições serão submetidas agora à deliberação do plenário do Senado.

Comissão ouve representantes de órgãos públicos e deve votar o relatório final na próxima terça-feira

## CPI busca subsídios para ampliar rigor na punição

Presidente em exercício da CPI dos Precatórios, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) informou ontem, em plenário, que expediu convites ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas da União, à Polícia Federal, ao Banco Central e à Receita Federal para que representantes dessas instituições participem de reunião da comissão na próxima terça-feira, dia 22, às 17h.

O objetivo é que essas autoridades ofereçam idéias que tornem mais eficaz a legislação destinada a prevenir e punir os crimes investigados pela CPI. Geraldo Melo disse que esses órgãos receberão um exemplar

do relatório apresentado pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR), assim como uma cópia das decisões tomadas pela comissão.

Ao presidir ontem a reunião da CPI dos Precatórios, Geraldo Melo informou que, na terça-feira, depois de ouvidos representantes dos órgãos convidados, será iniciada a votação do relatório.

Melo avisou que, se faltar quorum para deliberação sobre o relatório final, os trabalhos até agora realizados terão sido inúteis, visto que o prazo de encerramento da comissão é o dia 25.



Melo faz apelo por quorum

"É por isso que apelo para garantirmos o quorum", afirmou, confiando "no senso de responsabilidade dos senadores".

## Suplicy: investigação deve prosseguir

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou em plenário que, agora, caberá à Polícia Federal e ao Ministério Público continuar as investigações da CPI dos Precatórios e denunciar as pessoas



Suplicy elogia ação da CPI

responsáveis por prejuízos aos governos estaduais e prefeituras que emitiram pre-

catórios de forma irregular.

O senador elogiou o trabalho do relator da CPI, senador Roberto Requião (PMDB-PR), cujo relatório começou a ser apreciado pelos integrantes da comissão de inquérito. Ele destacou ainda a atuação do presidente, senador Bernardo Ca-

bral (PFL-AM), do vice Geraldo Melo (PSDB-RN) e do senador Wilson Kleinübing (PFL-SC).

O trabalho da Secretaria da Receita Federal também foi apontado como fundamental por Suplicy por o sucesso da Comissão Parlamentar de Inquérito, inclusive por ter detectado problemas na declaração de bens do prefeito de São Paulo, Celso Pitta, quanto a um automóvel que ele teria comprado para sua mulher.

## Simon faz balanço positivo da comissão

"Estão enganados os que pensam que esta CPI não deu em nada", advertiu ontem o senador Pedro Simon (PMDB-RS), ao explicar que a comissão que investigou fraudes nos precatórios só não mandou ninguém para a cadeia porque não pode fazer isso. "Quem manda para a cadeia é a Justiça", disse o senador.

Simon também declarou que o Congresso está dando valio-

sos passos para avançar na punição de irregularidades cometidas por administradores públicos. Ele sugeriu que os integrantes da



Simon: aperfeiçoar as leis

CPI se reúnam com a Comissão de Assuntos Econômicos para um debate em torno do aperfei-

çoamento da legislação punitiva de crimes financeiros. Simon também anunciou para o dia 18 de setembro, às 10h, no plenário do Senado, reunião dos senadores com os magistrados que atuaram na "Operação Mãos Limpas", na Itália.